

As promessas de Abril no Portugal de hoje

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal do Funchal

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal do Funchal

Exmos. Senhores Vereadores da Câmara Municipal do Funchal

Exmos. Senhores Deputados municipais

Exmas. Autoridades municipais

Exmas. Senhoras e Senhores,

Quiseram Vexas. dar-me a honra de, neste dia, usar da palavra na qualidade de Capitão de Abril, de coronel reformado da Força Aérea e de professor universitário de História Contemporânea para vos suscitar uma reflexão sobre acontecimentos que os anos vão, inexoravelmente, distanciando do presente. Cabe aos mais idosos e mais experientes essa missão de manter viva a memória e com ela os valores que nortearam outras gerações de cidadãos que, julgando defender a Nação, tudo fizeram para enaltecer a Pátria.

Há quarenta e um anos o Movimento das Forças Armadas (MFA), reunindo a maioria dos jovens capitães, que estavam em Portugal, derrubou uma ditadura fascista que havia negado os valores democráticos da 1.^a República, impondo, em nome da tranquilidade social e, acima de tudo, do equilíbrio orçamental, um regime de terror e de miséria aos Portugueses, arrastando a minha geração para uma guerra injusta que durou treze anos nas terras de África. Injusta, porque os povos culturalmente diferentes, não confundíveis com expressões regionalistas, sempre que desejem a sua autonomia, devem-na ter. Mas não basta recordar o golpe militar que pôs fim ao fascismo; é necessário recordar as promessas do Movimento das Forças Armadas, e, em particular, as que estavam na sua mão cumprir. E nós cumprimos! Há quarenta anos, neste mesmo dia, nós os militares de Abril, provámos que era a democracia e a liberdade o nosso guia maior, pois realizaram-se as primeiras eleições livres para a Assembleia Constituinte a qual elaborou a mais ousada Constituição Política desses tempos num Estado ocidental.

As promessas dos militares foram cumpridas, enquanto estiveram nas suas mãos os mecanismos necessários para tal. Quando os militares recolheram aos quartéis e se subordinaram ao poder político deixaram de ser responsáveis por todos os erros e, acima de tudo, por todas as falsas promessas ou promessas não cumpridas que os partidos detentores do Poder foram fazendo neste caminho de quase quarenta anos. Nós,

os do Movimento das Forças Armadas, limitámo-nos a olhar, às vezes com a respiração suspensa, para os atropelos que, em nome da democracia — de uma democracia de horizontes muito estreitos, que só ia na cabeça de alguns políticos — limitámo-nos a olhar, dizia, espantados, admirados, porque, pesem embora as escolas que se espalharam por esse país fora, continuava a imperar, em certas regiões de Portugal, o mais completo obscurantismo político capaz de honrar o fascismo que derrubámos.

Rasgaram-se estradas, auto-estradas — talvez em excesso — criaram-se infra-estruturas sanitárias e de outra ordem, que proporcionaram um aparente modernismo e bem-estar, mas, no fim, no lavar dos cestos, ampliaram-se em muito as fortunas pessoais e empresariais sem que a riqueza fosse correctamente distribuída pelos Portugueses. Faltou um plano estratégico de desenvolvimento, faltaram leis que norteassem os capitais para gerar rendimentos económicos capazes de possibilitar o suporte das despesas do Estado. Deixou-se a mão livre a quem quis fazer como muito bem lhe apeteceu sem ter em conta o interesse social, o mesmo é dizer, o interesse nacional.

E, como soldado, apelando à História, vou recordar-vos que ainda estava longe o tempo das máquinas complexas da Revolução Industrial e já os artilheiros de todos os exércitos do mundo sabiam que só com cooperação, coordenação e esforço calculado e bem comandado se conseguia colocar em bateria uma peça de artilharia pronta a fazer fogo para causar baixas no adversário. Foi isso que, infelizmente, faltou à nossa classe política: capacidade de liderança para “colocar em bateria” a economia portuguesa! Falaram mais alto os interesses partidários e pessoais na tentativa de impor obra que rendesse votos e permanência nas cadeiras do poder. Mas essa permanência podia ter sido conseguida se, em vez de dívida, tivesse impulsionado a produção nas áreas que deviam ser altamente concorrenciais. O dinheiro esteve barato e, ao contrário de se ter aproveitado o facto para estabelecer indústrias lucrativas através de um investimento devidamente orientado, deixou-se que, cada um, e cada qual, procurasse o endividamento para ampliar o património pessoal sem a menor preocupação com o todo nacional. Permitiu-se que a liberdade e a democracia fossem ultra individualistas, sem cuidar que a riqueza particular pode e deve contribuir para a riqueza colectiva.

Se esta análise não agrada a sectores políticos nacionais é porque ou nunca passaram pelas fileiras militares ou já esqueceram como é colectiva a vida no quartel sendo que, respeitando-se o património individual, se age sempre em nome do colectivo para alcançar vitórias que a todos dão honras. Claro que não estou a fazer a apologia de

uma militarização da vida nacional! Estou simplesmente a tentar mostrar que a interesses plurais podem caber no interesse colectivo quando bem definido e objectivado para um fim onde todos se revêem.

E se me deixei levar, até agora, pelo que em mim reside de Capitão de Abril, permitam-me que fale como historiador e desfaça um argumento que foi tão continuamente usado nesta Região Autónoma. Refiro-me à dita “colonização” deste arquipélago pelo Governo central aquartelado no Terreiro do Paço, em Lisboa!

Essa chamada “colonização” tinha concretização num instrumento usado pelo poder político em todos os territórios fora do continente: as alfândegas, que asfixiavam com impostos as importações e exportações. Ora, convirá inquirir a razão de tão mesquinho meio de submissão política, capaz de atrofiar os desenvolvimentos locais. E a resposta, por tão óbvia, não carece de grandes investigações: porque, o Estado, para gerir as despesas constantes de um orçamento mal governado, tinha precisão de mais receitas recolhidas sob formas ignóbeis que a tradição medieval havia deixado enraizadas mesmo no regime liberal. É que, meu senhores, no século XIX, no século da Revolução Industrial, no século das fábricas e dos engenhos mecânicos, da imposição do dinheiro, em Portugal, quem possuía capitais, continuava a preferir, à boa maneira do tempo anterior à Revolução Francesa, aplicá-lo na compra de propriedade agrícola para se dizer terratenente e impor-se aos seus conterrâneos pelo jugo do trabalho rural, mal pago e mal reconhecido. Era o individualismo a dar provas de uma miseranda incapacidade de virar costas à tradição para deixar abrir rumo ao progresso e ao futuro. Esse mesmo individualismo que continua a campear entre nós e que, avesso aos impostos sobre as indústrias, preferiu sujeitar o comércio ao pagamento das taxas aduaneiras. A “colonização” que alguns erguem como bandeira de revolta, foi, afinal, a bandeira sob a qual se esconderam todos os tradicionalistas que defenderam os terratenentes dos séculos XIX e XX e hoje os individualistas com casas de luxo, automóveis topo de gama e mordomias que perpetuam o jugo de outros tempos sobre os homens que nada têm de seu!

Foi por falta de capacidade de olhar o futuro e de descortinar a modernidade, traçando um rumo para os Portugueses, que, sobre todos se abateu, a terrível crise financeira que nos afoga. As promessas do Movimento das Forças Armadas consubstanciadas na Democracia e na Liberdade só parcial e formalmente se cumpriram, porque, escondendo-se nas dobras dessas duas bandeiras, a classe política dominante, parecendo criar o Desenvolvimento, deu continuidade a uma forma

anárquica de enriquecimento sem olhar ao verdadeiro interesse desse colectivo a que chamamos Nação. Subjugámo-nos aos interesses alheios sem cuidar de identificar e defender os nossos, os de todos nós. E podeis ter a certeza, não é num Estado a viver em austeridade, oferecendo a sua força de trabalho por uns míseros euros, que se vai construir a social-democracia, enquanto sonho de conciliação da Liberdade com o Desenvolvimento.

Os Capitães de Abril, depois de há quarenta e um anos, individualmente, se terem arriscado em nome do colectivo, estão velhos e, não se apoiando na retórica do Velho do Restelo, mantém a juventude de espírito para exigir que a classe política do Portugal de hoje seja capaz de inverter rumos, buscando estratégias que, baseadas numa opinião política plural, excelentemente evidenciada nesta Câmara Municipal, seguindo uma dialéctica constante com as adversidades, cumpra, finalmente, as promessas que Abril abriu.

Muito obrigado.

Câmara Municipal do Funchal, 25 de Abril de 2015

Luís Alves de Fraga

Coronel da Força Aérea Reformado

Capitão de Abril no Activo